



Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar

MÓDULO 4

**Contribuição dos órgãos colegiados na
melhoria da aprendizagem dos estudantes**

Governador de Pernambuco

Eduardo Campos

Vice-governador

João Lyra Neto

Secretário de Educação

Anderson Gomes

Chefe de Gabinete

Roberta Kacowicz

Secretária Executiva de Gestão da Rede

Margareth Zaponi

Secretária Executiva de Desenvolvimento da Educação

Ana Selva

Secretário Executivo de Educação Profissional

Paulo Dutra

Convênio com a Universidade de Pernambuco – UPE

Reitor

Carlos Calado

Vice-reitor

Rivaldo Albuquerque

MÓDULO 4

Contribuição dos órgãos colegiados na melhoria da aprendizagem dos estudantes

TEMAS NORTEADORES

- A importância do Conselho Escolar
- Conselho de Classe
- Grêmio Estudantil
- Unidade Executora e demais órgãos no desenvolvimento social e pedagógico da escola

C756 Pernambuco. Secretaria de Educação

Construindo a excelência em gestão escolar: curso de aperfeiçoamento : Módulo IV –
Contribuição dos órgãos colegiados na melhoria da aprendizagem dos estudantes / Secretaria de
Educação. – Recife: Secretaria de Educação do Estado, 2012.
45 f. : il.

Programa de Formação Continuada de Gestores Escolares de Pernambuco – PROGEPE
Programa de Formação Continuada de Técnicos Educacionais – PROTEPE
Inclui bibliografia

1. ESCOLAS – ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO. 2. ORGÃOS COLEGIADOS -
CONSELHO ESCOLAR - GRÊMIO ESTUDANTIL. 3. PROGRAMA DE FORMAÇÃO
CONTINUADA DE GESTORES ESCOLARES. 4. PROGRAMA DE FORMAÇÃO
CONTINUADA DE TÉCNICOS EDUCACIONAIS. I. Título.

CDD 371.2
CDU 37.091

Sumário: Módulo 4

Contribuição dos órgãos colegiados na melhoria da aprendizagem dos estudantes

Para início de conversa	5
Temas Norteadores	7
Para Saber Mais	33
Na Prática	35
Comunidade Virtual – Questões para os Fóruns.....	41
Dados biográficos – Conteudistas	42

Para início de conversa

A Gestão Democrática e Participativa deve ser vista por todos como um trabalho coletivo, envolvendo a participação de pais, alunos, professores e comunidade em geral na tomada de decisões, onde o trabalho se torna mais comprometido com a divisão de responsabilidades refletindo positivamente no clima educacional e aprendizagem dos alunos.

A importância do Conselho Escolar, Conselho de Classe, Grêmios Estudantil, Unidade Executora e demais órgãos no desenvolvimento social e pedagógico da escola compõe os temas que fazem parte deste Módulo, que procurará evidenciar o trabalho coletivo, aspecto fundamental da Gestão Democrática e Participativa, assim como alicerçar as bases teóricas e práticas para um efetivo trabalho no cotidiano.

Este Módulo enfatiza o empenho dos gestores das escolas no cumprimento dos mecanismos legais em prol da democratização da educação pública de qualidade, que fazem parte das reivindicações de diversos segmentos da sociedade há algumas décadas. As reivindicações se intensificaram a partir da década de 1980, resultando na aprovação do princípio de Gestão Democrática e Participativa na Educação pela Constituição Federal de 1988, artigo 206.

A Constituição Federal estabeleceu princípios para a educação brasileira, dentre eles: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática e participativa, sendo esses regulamentados através de leis complementares. Enquanto lei complementar da educação, a LDBEN nº 9.394/96 estabelece e regulamenta as diretrizes gerais para a educação e seus respectivos sistemas de ensino. Em cumprimento ao art. 214 da Constituição Federal, ela dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE (art. 9º), resguardando os princípios constitucionais e, inclusive, de gestão democrática e participativa.

O mundo do trabalho teve sua lógica alterada e a educação, sobretudo a qualificação profissional, passou a enfatizar a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de

TEMAS NORTEADORES

A importância do Conselho Escolar

Conselho de Classe

Grêmios Estudantil

Unidade Executora e demais órgãos
no desenvolvimento social e pedagógico
da escola

habilidades cognitivas e comportamentais. Tais alterações também interferem nas políticas educacionais, redirecionando o pensar e o fazer político-pedagógico, o que certamente traz implicações para a gestão escolar.

De forma articulada à discussão sobre a democratização da gestão escolar, é fundamental recuperarmos o respaldo para a implementação de processos de gestão nos sistemas de ensino e, particularmente, nas unidades escolares.

A gestão, como processo político-administrativo contextualizado, nos coloca diante do desafio de compreender tal processo na área educacional a partir dos conceitos de sistemas e gestão escolar.

No seu âmbito mais amplo, são questões que buscam apreender a função social dos diversos processos educativos na produção e reprodução das relações sociais. No plano mais específico, tratam das relações entre a estrutura econômico-social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo e a divisão do trabalho, a produção e a reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana.

Além da reprodução, numa escala ampliada, das múltiplas habilidades sem as quais a atividade produtiva não poderia ser realizada, o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de Valores dentro da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos.

Ratificamos, dessa forma, a necessidade de conhecer e aplicar de forma cada vez mais consciente e coletiva as especificidades dos textos legais, sem perder de vista a realidade de cada local.

Temas norteadores

1. Transição democrática na escola e transparência nas ações escolares

Desde o início da República do Brasil até os dias atuais, os educadores brasileiros têm discutido um projeto de educação para o país, que organize o trabalho pedagógico nas escolas públicas, fundamentando-se no reconhecimento da educação escolar como base para a construção de uma sociedade democrática que possibilite a redução das desigualdades sociais.

Em 1932, um grupo de educadores da elite intelectual brasileira lançou um manifesto ao povo e ao governo: "Manifesto dos Pioneiros da Educação" no qual propunham a reconstrução educacional com sentido único de bases científicas.

Com grande expressão, o documento resultou no artigo 150, da Constituição Brasileira de 16 de julho de 1934 - que declarava ser competência da União fixar o Plano Nacional de Educação que atingisse o ensino de todos os graus e níveis, comuns e especializados, coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do País.

Atribui-se também, no artigo 152, a competência principal ao Conselho Nacional de Educação, como forma de lei para elaborar o Plano para ser aprovado pelo Poder Legislativo, em que o Governo estaria de contrapartida, buscando melhorias para os problemas educacionais e adequando a distribuição de fundos especiais de educação.

O primeiro Plano Nacional de Educação – PNE surge em 1962, elaborado na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 4.024, de 1961 - proposto como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura e não, como projeto de lei, com conjunto de metas qualitativas e quantitativas a serem alcançadas no prazo de oito anos.

Uma nova leitura acontecia por volta de 1965, em que se explicitavam alterações de normas descentralizadoras e motivadoras na busca da elaboração de planos estaduais. Em 1966, acontecia novamente outra revisão, estabelecendo o Plano Complementar de Educação, que mencionava alterações na distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de ginásios orientados para o trabalho (Educação Técnica) e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos.

O Plano Complementar de Educação estabelecia ainda que as Diretrizes e Bases da Educação Nacional determinassem à União a elaboração do PNE, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios.

A cidadania começa a ser trabalhada na escola com base na integração da relação da comunidade com as práticas escolares. Busca, no seu contexto social, uma aprendizagem significativa levando aos avanços das políticas educacionais com a implantação da Gestão Democrática e Participativa no Sistema de Ensino, que representam um grande avanço para a melhoria da qualidade do ensino brasileiro

Com a democratização do ensino em 1988, com a Constituição Federal, renasceu a proposta de um Plano Nacional em longo prazo, com força de lei que conferisse ao governante na área da educação maior autonomia no que fosse acordado.

O legislador ordinário instituiu o Plano Nacional da Educação, que prescreve a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, em obediência aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração dos projetos pedagógicos da escola e a participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares ou equivalentes.

A mudança significativa da entrada da comunidade e dos conselhos escolares nos projetos e programas inerentes à educação, trouxe benefícios pedagógicos, financeiros e administrativos, enriquecendo a tomadas de decisão que complementam as decisões políticas implementadas por seus dirigentes.

A Gestão Democrática e Participativa do Ensino Público representa importante conquista da sociedade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na escola, o exercício de sua autonomia possibilita a construção de sua própria identidade, passando a ser definida pelos Conselhos Deliberativos Escolares, com a participação dos professores, funcionários e pais de alunos, inclusive o processo democrático da escolha do diretor escolar, escolha essa que passa a ser considerada como resultado de uma ação política.

Cabe ao diretor escolar agir como mediador, promovendo a articulação entre os órgãos públicos dos quais é representante e professores, alunos, pais de alunos e funcionários da escola, sem prejuízo de suas atribuições administrativas e financeiras.

A Gestão Democrática e Participativa tem como responsabilidade evidenciar os resultados nas reuniões dos Conselhos de Gestão, os indicadores de avaliação ou, até mesmo, por aqueles realizados, a cada dois anos, pelo Ministério da Educação, mediante aplicação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que fundamenta uma importante ferramenta de informação para os pais de alunos e a sociedade em geral:

A Gestão Democrática e Participativa do Ensino Público representa importante conquista da sociedade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária

Aprender a participar ativamente de um grupo de trabalho ou de discussão, a desenvolver competência interativa entre si e com os alunos. O trabalho em grupo envolve um conjunto de habilidades, entre as quais o bom relacionamento com os colegas, disposição para colaboração, saber expressar-se e argumentar com propriedade, saber ouvir, compartilhar interesses e motivações. Uma das formas de trabalho em equipe recomendadas é a reflexão conjunta dos professores sobre as próprias experiências profissionais, possibilitando apoio mútuo. Para isso, é preciso que estejam dispostos a compartilhar a própria experiência com os outros e ouvi-los sobre suas experiências. (LIBÂNEO, 2007, p.396)

1.1. Princípios da gestão pública

Legalidade – como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem-comum, não podendo deles se afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei.

Impessoalidade – nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de direito indica, expressa ou virtualmente, como objetivo do ato, de forma impessoal. Esse princípio também deve ser entendido para excluir a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos sobre suas realizações administrativas.

Moralidade - constitui, hoje em dia, pressuposto da validade de todo ato da Administração Pública. O ato administrativo não terá que obedecer somente à lei jurídica mas também à lei ética da própria instituição.

Publicidade - é a divulgação oficial do ato para conhecimento público e início de seus efeitos externos. Daí por que as leis, os atos e contratos administrativos, que produzem consequências jurídicas fora dos órgãos que os emitem exigem publicidade para adquirirem validade universal, isto é, perante as partes e terceiros. A publicidade não é elemento formativo do ato; é requisito de eficácia e moralidade. Todo ato administrativo deve ser publicado, porque pública é a Administração que o realiza, só se admitindo sigilo nos casos de segurança nacional, nas investigações policiais ou no interesse superior da Administração.

Eficiência - é o que impõe à administração pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum por meio do exercício de suas competências, de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, rimando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para uma melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitarem-se desperdícios e garantir-se maior rentabilidade social.

2. A importância dos órgãos colegiados

A Gestão Democrática e Participativa na escola necessita de espaços propícios para que novas relações sociais entre os diversos segmentos escolares possam acontecer. Constituem alguns desses espaços o Conselho Escolar, juntamente com o Conselho de Classe, o Grêmio Estudantil, a Associação de Pais e Mestres, entre tantos outros possíveis.

2.1. O papel do Conselho Escolar

Ele é responsável pelo estudo e planejamento, debate e deliberação, acompanhamento, controle e avaliação das ações do dia-a-dia da escola tanto no campo pedagógico, articulando as ações, acompanhando os alunos que estão nos Programas desenvolvidos no ambiente interno da escola, em relação ao seu rendimento escolar, quanto no administrativo e financeiro, direcionando o gasto das verbas federais, estaduais e municipais de modo a garantir a melhor aplicabilidade desses recursos. Erroneamente, muitas pessoas pensam que ele serve apenas para fiscalizar, conduzir a aplicabilidade dos recursos que chegam à escola.

Com base na boa articulação entre os membros dos Conselhos Escolares em cada escola e comunidade, é possível construir uma identidade da escola, gerar uma funcionalidade enquanto instituição social que atenda às expectativas de seu público e da comunidade da qual faz parte e, principalmente, se mostrar como um órgão de natureza democrática, onde a comunidade a qual ela serve, cria a sua própria história.

É possível a construção de espaços para que a ação do Conselho Escolar transforme a realidade da democracia na gestão da escola e do sistema de ensino, enfocando que não se faz democracia sem o empenho de todos que fazem parte da comunidade escolar e do sistema de ensino. É de suma importância que o Conselho Escolar exerça constantemente a tarefa de avaliar a escola como um todo e faça da autoavaliação um dos momentos mais importantes em sua atuação, que deve ser transparente e mais próxima da comunidade.

O Conselho Escolar é o maior órgão de direção nas escolas públicas, cuja autonomia está baseada na democratização das relações institucionais. No título II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional da LDB 1996, Art. 3º, inciso VIII, confirma-se que a gestão é democrática no ensino público, na forma dessa Lei e da legislação dos sistemas de ensino.

O Conselho Escolar, instituído pela legislação estadual, é um colegiado formado por todos os segmentos da comunidade escolar: pais, alunos, professores, direção, equipe pedagógica e funcionários administrativos e serviços gerais, além do representante do grêmio estudantil e dos movimentos sociais organizados.

No Conselho Escolar, todas as pessoas estão ligadas à escola e se fazem representar decidindo sobre aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, tornando essa relação não somente como mera participação da comunidade escolar na escola, mas também como um instrumento de gestão da própria escola.

Conselho Escolar é responsável pelo estudo, planejamento, debate, deliberação, acompanhamento, controle e avaliação das ações do dia-a-dia da escola tanto no campo pedagógico, quanto no administrativo e financeiro. É um erro pensar que ele só fiscaliza e conduz os recursos da escola.

A Constituição Federal, no seu Art. 37, nos explica que, além de administrar o que é público, o administrador público deve seguir alguns princípios para que possa nortear o seu trabalho bem como as suas ações, tais como: “A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (Constituição Federal, art. 37).

2.2. Conselho de Classe

É um dos vários mecanismos que possibilitam com que a Gestão Democrática e Participativa na Unidade Educacional se viabilize.

O Conselho de Classe, tem como finalidade diagnosticar problemas e apontar soluções em relação a alunos, turmas e docentes, devendo intervir no processo ensino e aprendizagem em tempo hábil para encaminhar as soluções propostas

A finalidade primeira dos Conselhos de Classe é diagnosticar problemas e apontar soluções tanto em relação aos alunos e turmas, quanto aos docentes.

Na prática acaba por avaliar alguns alunos e/ou turmas e a própria prática pedagógica da escola. Normalmente os conselhos acontecem nos fins de bimestres, trimestres ou semestres, onde são discutidos encaminhamentos pedagógicos, notas e comportamento de alunos. Quando necessário o Conselho de Classe decide se um aluno será retido ou não.

Se não é bem conduzido, o Conselho acaba se atendo somente a questões dos alunos e suas notas e comportamentos, sem avaliar a própria prática educativa da escola. Ao invés de discutir o aluno de modo integral, os professores acabam acentuando apenas seus pontos negativos.

Também é finalidade da reunião do Conselho de Classe, após analisar as informações e dados apresentados, intervir em tempo hábil no processo ensino e aprendizagem, oportunizando ao aluno formas diferenciadas de se apropriar dos conteúdos curriculares estabelecidos.

É da responsabilidade da Equipe Pedagógica organizar informações e dados coletados a serem analisados no Conselho de Classe.

Figura 1: Conselhos de classe em mão dupla



Fonte: <http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/coordenador-pedagogico/conselhos-mao-dupla-conselho-classe-avaliacao-515708.shtml>

Em uma escola onde a gestão democrática e participativa é realidade, o Conselho de Classe desempenha o papel de avaliação dos alunos e de autoavaliação de suas práticas, com o objetivo de diagnosticar a razão das dificuldades dos alunos, e apontar as mudanças necessárias nos encaminhamentos pedagógicos para superar tais dificuldades. Para tanto, as reuniões do Conselho não devem se ater somente aos momentos de “fechar as notas”.

Importante salientar que a gestão democrática e participativa citada na LDB 9394/96 garante à equipe pedagógica e aos professores da escola o direito de estabelecer os princípios, finalidades e objetivos de seu Conselho de Classe e dos outros mecanismos que a possibilitam.

Figura 2 - Todos Participam: os alunos mais velhos servem de escribas para os mais novos para não haver problemas de compreensão



Fonte : <http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/coordenador-pedagogico/conselhos-mao-dupla-conselho-classe-avaliacao-515708.shtml>

2.3. Grêmio Estudantil

“Tudo o que acontece no mundo, seja no meu país, na minha cidade ou no meu bairro, acontece comigo. Então, eu preciso participar das decisões que interferem na minha vida.”

Herbert de Souza (Betinho)

O Grêmio¹ é a organização que representa os interesses dos estudantes na escola. Ele permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade. O Grêmio é também um espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos.

O Grêmio representa os interesses dos estudantes na escola; é um espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos

Por isso, é importante deixar claro que um de seus principais objetivos é contribuir para aumentar a participação dos alunos nas atividades de sua escola, organizando campeonatos, palestras, projetos e discussões, fazendo com que eles tenham voz ativa e participem – junto com pais, funcionários, professores, coordenadores e diretores – da programação e da construção das regras dentro da escola.

Em resumo um Grêmio Estudantil pode fazer muitas coisas, desde organizar festas nos finais de semana até exigir melhorias na qualidade do ensino. Ele tem o potencial de integrar mais os alunos entre si, com toda a escola e com a comunidade.

O Grêmio Estudantil é uma das primeiras oportunidades que os jovens têm de participar da sociedade. Com o Grêmio, os alunos têm voz na administração da escola, apresentando suas ideias e opiniões. Mas toda participação exige responsabilidade! Um Grêmio Estudantil compromissado deve procurar defender os interesses dos alunos, firmando, sempre que possível, uma parceria com todas as pessoas que participam da escola.

É imprescindível trabalhar principalmente com os diretores, coordenadores e professores. Somente assim o Grêmio atuará verdadeiramente em benefício da escola e da comunidade.

¹ O texto sobre Grêmio Estudantil foi extraído do “CADERNO GRÊMIO EM FORMA” do Instituto Sou da Paz. <http://www.soudapaz.org/Default.aspx?alias=www.soudapaz.org/formacaodegremios> Acessado em 20 de julho de 2012.

Participar é necessário para poder transformar. Se não estamos satisfeitos com alguma coisa, podemos propor alternativas e participar na sua transformação.; se estamos contentes, podemos participar na sua divulgação e contribuir para que outras pessoas aprendam com nossa experiência. Isso é exercício de cidadania.

Por isso é muito importante aprendermos a participar organizadamente das atividades da sociedade, da nossa comunidade e da nossa escola. E a melhor forma de aprender a participar é participando, ou seja, aproveitando as oportunidades que aparecem ou mesmo criando-as.

Quanto mais estimulamos a colaboração e a solidariedade dentro da escola e em nossa comunidade, mais estaremos participando da construção de uma cidadania ativa, consciente e responsável. Esse é o desafio do GRÊMIO LIVRE ESTUDANTIL.

A seguir, a orientação simplificada de como organizar um grêmio, a partir das informações do Portal da Secretaria da Educação do estado de Pernambuco.²

Figura 3 - Educação em Rede
Grêmio Estudantil



Fonte: <http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/WebModuleSme/itemMenuPaginaConteudoUsuarioAction.do?actionType=mostrar&idPaginaItemMenuConteudo=5930>

² Portal da Secretaria da Educação - Governo do Estado de Pernambuco

<http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/WebModuleSme/itemMenuPaginaConteudoUsuarioAction.do?actionType=mostrar&idPaginaItemMenuConteudo=5930>

O QUE É GRÊMIO ESCOLAR:

É uma entidade política, essencialmente, democratizante, com foco na aprendizagem, cidadania, compartilhamento e na luta por direitos estudantis. Constitui um espaço de discussões, pautado na livre interação entre os participantes e a comunidade.

O Grêmio Estudantil reúne um processo pedagógico que possibilita aos estudantes uma experiência política, de modo a exercer a cidadania através da proposição, discussão, discordância, debate e negociação de seus projetos de forma democrática e livre.

OBJETIVO DO GRÊMIO:

A fundamentação desta ação colegiada está em propiciar aos jovens o reconhecimento e o exercício da prática política-democrática como princípio para a conquista e efetivação de direitos, fortalecendo a participação ativa nas soluções de conflitos.

PORQUE GRÊMIO NA ESCOLA:

A escola é um local privilegiado de construção da cidadania, formação de lideranças e da promoção da cultura cívica. Destarte, a consolidação do Grêmio Estudantil como instrumento de fortalecimento na participação dos estudantes nas decisões da escola, de forma responsável e comprometida, não se pauta apenas, na defesa dos interesses estudantis, mas na aproximação da comunidade escolar no processo decisório. O grande desafio deste instrumento colegiado é edificar a escola como espaço público, efetivamente, cidadão, politizado e cômico de deveres e direitos, de modo a propiciar aos seus representantes a participação no Projeto Político-Pedagógico, programas de cultura e lazer, política educacional, como também, no Conselho Escolar e Associação de Pais e Mestres e em outras organizações na perspectiva de propor alternativas de transformação social.

COMO ORGANIZAR O GRÊMIO:

1º passo:

- comunicar à direção da escola;
- divulgar a proposta na escola;
- convidar alunos e representantes de turma;
- constituir COMISSÃO PRÓ-GRÊMIO;
- elaborar proposta de Estatuto.

2º passo:

- convocar os alunos a participarem da Assembléia Geral para:
- decidir nome do Grêmio;
- aprovar o Estatuto que regerá o colegiado;
- estabelecer período de campanha e data da eleição;
- definir os membros da Comissão Eleitoral.

3º passo:

- formar as chapas que concorrerão à eleição;
- promover debates entre os candidatos.

4º passo:

- organizar e realizar a eleição
- apurar os votos e registrar em Ata todas as ocorrências;
- divulgar os resultados.

5º passo:

- enviar cópia da Ata de Eleição e do Estatuto para a direção da escola;
- organizar e realizar a cerimônia de posse.

2.3.1. Leis que reforçam a existência do Grêmio Estudantil

A força do movimento estudantil na história do país motivou a elaboração de algumas leis que garantem a existência do Grêmio Estudantil. Elas definem os direitos dos Grêmios se organizarem.

- A Lei Nº 7.398 de novembro de 1985 - Dispõe sobre a organização de entidades estudantis de 1º e 2º graus e assegura aos estudantes o direito de se organizar em Grêmios:

“Art. 1º – Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Grêmios Estudantis como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais.”

§ 2º – A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidas nos seus Estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino, convocada para este fim.

Unidade Executora é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que pode ser instituída por iniciativa da escola, da comunidade ou de ambas, podendo receber diferentes nomes: Caixa Escolar, Associação de Pais e Professores, Associação de Pais e Mestre, ou Círculo de Pais e Mestres

§ 3º – A aprovação dos Estatutos e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante, observando-se, no que couber, as normas da legislação eleitoral.

- Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - O Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 53º inciso IV, garante o direito dos estudantes de se organizar e participar de entidades estudantis.
- Lei Nº 7.844 de 13 de maio de 1992 - Esta é a lei que regulamenta o direito à meia entrada para estudantes em eventos de ordem cultural.
- Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 -

Esta lei estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A partir dela, estão garantidas a criação de pelo menos duas instituições, a Associação de Pais e Mestres e o Grêmio Estudantil, cabendo à Direção da Escola criar condições para que os alunos se organizem no Grêmio Estudantil. A lei determina ainda a participação de alunos no Conselho de Classe e Série.

O Grêmio Estudantil faz parte da comunidade escolar. Isso significa que ele participa da rede de atores envolvida com o cotidiano da escola e comprometida com seu dia-a-dia (diretores, professores, funcionários, pais, alunos, etc.).

Um Grêmio que estabelece uma boa rede de relações com os outros atores da comunidade escolar terá mais pessoas comprometidas com as ações que pretende realizar, e assim poderá ampliar o alcance e o impacto de suas iniciativas.

Em função disso, vale à pena:

- Saber negociar com a direção da escola, mostrando sempre a importância e a necessidade daquilo que se pretende organizar.
- Buscar o envolvimento dos professores nos projetos, pois eles podem contribuir de formas muito diversificadas e ricas nas ações do Grêmio.

- Investir na comunicação do Grêmio: divulgar sempre e de diversas formas (por exemplo: por cartazes, rádio ou reuniões) as ações que o Grêmio realizou, está realizando e realizará.
- Ouvir as sugestões que os alunos trazem. Afinal, não podemos esquecer que o Grêmio existe para representá-los. Mas vale a recomendação: quando uma sugestão não é viável, é muito importante comunicar os alunos sobre a inviabilidade da ideia, afinal eles têm o direito de saber o porquê.
- Fazer parcerias com instituições (sociais, esportivas, etc.) e estabelecimentos comerciais da região: envolvê-los em gincanas, campanhas, ações sociais, culturais e políticas da comunidade. Uma dica importante: não esqueça nunca de divulgar o nome dos parceiros que colaboram com o projeto, é uma medida justa e estratégica para futuros apoios.
- Nunca esquecer: sem trabalho em equipe não existe Grêmio! E sem Grêmio os alunos não podem explorar todas as suas ideias para mudar a escola.

3. Unidade Executora e demais órgãos no desenvolvimento social e pedagógico da escola

Uma Unidade Executora³ é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que pode ser instituída por iniciativa da escola, da comunidade ou de ambas.

Várias são as nomenclaturas utilizadas para denominar Unidade Executora (UEX); como por exemplo: Caixa Escolar, Associação de Pais e Professores, Associação de Pais e Mestre, Círculo de Pais e Mestres.

Independentemente da denominação que a escola e sua comunidade escolham, a ideia é a participação de todos na sua constituição e gestão pedagógica, administrativa e financeira.

O fundamental é que ao constituir sua Unidade Executora, a escola congregue pais, alunos, funcionários, professores e membros da comunidade, de modo que esses segmentos sejam representados em sua composição.

³ No Módulo 6 - Gestão Financeira estão descritos os dados técnicos deste instrumento de Gestão Administrativa.

No caso do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a nomenclatura adotada é Unidade Executora (UEx), denominação genérica criada pelo Ministério da Educação (MEC) para referir-se às diversas denominações encontradas em todo o território nacional que designa entidade de direito privado, sem fins lucrativos, vinculada à escola.

Dentre as atribuições, a Unidade Executora estão:

- Administrar recursos transferidos por órgãos federais, estaduais, distritais e municipais;
- Gerir recursos advindos de doações da comunidade e de entidades privadas;
- Controlar recursos provenientes da promoção de campanhas escolares e de outras fontes;
- Fomentar as atividades pedagógicas, a manutenção e conservação física de equipamentos e a aquisição de materiais necessários ao funcionamento da escola;
- Prestar contas dos recursos repassados, arrecadados e doados.

Um dos passos principais para constituição da unidade executora é motivação da comunidade, pois é necessária sua integração com a escola. Desse modo o(a) diretor(a) da escola, ou qualquer membro da comunidade pode tomar a iniciativa, com o dever de conscientizar pais, alunos, professores e servidores da escola quanto à finalidade da constituição da entidade e aos benefícios que ela poderá proporcionar.

A divulgação pelos meios de comunicação (rádio, jornal local, alto-falante etc) é primordial nesta fase. Poderão ainda ser realizados encontros, palestras e reuniões com pequenos grupos, relacionados à importância e à necessidade da fundação de uma Unidade Executora.

Os Conselhos Escolares como Unidades Executoras podem influenciar no processo de construção da gestão democrática nas escolas, embora sua existência atenda o cumprimento de uma determinação legal e muitas vezes não constituam conquista da comunidade escolar.

No entanto reveste-se de fundamental importância a organização dos Conselhos Escolares para o exercício da democracia, na busca de padronizar o funcionamento dos

órgãos deliberativos para que a escola possa estar apta a receber e gerenciar os recursos repassados.

É possível no exercício democrático, passar de uma função que limita-se às atividades técnico-procedimentais para mudanças estruturais na cultura escolar quanto aos processos de deliberação coletiva.

4. Identificando os recursos educacionais da escola

Para falarmos sobre recursos educacionais, vamos refletir sobre o caráter sistêmico da educação praticada atualmente em relação às políticas educacionais.

**Para além da eficiência
técnica, a Unidade Educacional
deve conhecer e explorar seus recursos**

Após sete décadas de coleta de dados por escola (1939-2006), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mudou o censo escolar (2007), passando a denominar-se Educacenso. Isso se constituiu em um avanço significativo em todos os sentidos, principalmente de precisão e fidedignidade dos dados coletados.

Essa inovação do sistema estatístico facilitou o monitoramento de cada aluno ao longo de sua trajetória escolar, constituiu-se em um amplo banco de dados, que contribuiu para a formulação, implementação e avaliação de políticas educacionais assim como para a gestão e o planejamento pedagógico em nível local.

Com base nos dados do Educacenso, é calculado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB e planejada a distribuição de recursos para alimentação, transporte escolar e livros didáticos, entre outros.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), os recursos públicos destinados à educação originam-se de receitas de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; receita de transferências constitucionais e outras transferências; receita do salário-educação e de outras contribuições sociais; receitas de incentivos fiscais e outros recursos previstos em lei.

No seu artigo 69 da LDB, a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que

consta das respectivas Constituições ou Leis Orgânicas da receita; resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais na manutenção e no desenvolvimento do ensino público.

Com base nos dados do Educacenso, é calculado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB e planejada a distribuição de recursos para alimentação, transporte escolar e livros didáticos, entre outros.

Geralmente os recursos que a escola possui chegam até ela com base na adesão e implantação de projetos ou programas nacionais, estaduais e municipais. São eles:

Com base nos dados do Educacenso, é calculado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB e planejada a distribuição de recursos para alimentação, transporte escolar e livros didáticos

- **Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE**

O recurso é repassado uma vez por ano, e seu valor é calculado com base no número de alunos matriculados na escola, segundo o Censo Escolar do ano anterior. O dinheiro destina-se à aquisição de material permanente; manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; avaliação de aprendizagem; implementação de projeto pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais.

O programa engloba várias ações e objetiva a melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

- **Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE**

Também concorre para a melhoria da gestão nas escolas públicas de educação básica que não tiveram desempenho satisfatório no Ideb, por meio da **ação do PDE na Escola**. Os recursos são repassados para as unidades de ensino das redes estaduais e municipais que aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e planejaram a implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola). O recurso é repassado uma vez por ano, e seu valor é calculado com base no número de alunos matriculados na escola, segundo o Censo Escolar do ano anterior.

O dinheiro destina-se à aquisição de material permanente; manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; avaliação de aprendizagem; implementação de projeto pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais.

- **Programa Nacional de Informática na Educação - Proinfo**

Os recursos do PDE Escola podem ser usados em adaptações arquitetônicas e estruturais para assegurar a instalação e operação de laboratórios de informática que garantam a acessibilidade aos alunos com ou sem deficiência ou mobilidade reduzida. É um programa educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica.

O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para o uso das máquinas e tecnologias.

- **Ensino médio inovador**

O PDDE também repassará recursos para escolas públicas estaduais e distritais de ensino médio regular. Os repasses serão destinados ao desenvolvimento de práticas inovadoras no ensino médio regular e poderão ser aplicados em diversas ações.

- **Funcionamento das escolas nos finais de semana**

Escolas públicas de ensino fundamental ou médio selecionadas por estados, Distrito Federal e municípios, segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, também recebem recursos para funcionar nos finais de semana, oferecendo atividades educativas e recreativas. O dinheiro destina-se à compra de material permanente, de material de consumo e às despesas com transporte e alimentação dos responsáveis pelas atividades.

- **Educação integral**

O PDDE também é destinado à adoção de educação integral pelas escolas, com a oferta de, no mínimo, sete horas diárias de aula e reforço de atividades de aprendizagem, lazer, artísticas e culturais, entre outras. Os recursos servem para transporte e alimentação dos monitores, para a contratação de serviços e a compra de material permanente e de consumo necessários ao desenvolvimento das atividades de educação integral. São beneficiadas escolas de ensino

fundamental ou médio, selecionadas pelo Ministério da Educação, de acordo com os critérios estabelecidos para a execução do Programa Mais Educação.

- **Quadras esportivas**

Também serão destinados recursos a escolas públicas de educação básica que aderiram ao Programa Mais Educação para reforma, ampliação e construção de cobertura de quadras esportivas ou de espaços destinados ao esporte e ao lazer.

- **Classes multisseriadas no campo**

O PDDE também destinará recursos para escolas públicas, localizadas no campo, que possuam até 50 alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental, em classes multisseriadas. O recurso pode ser usado na contratação de mão de obra e em outras despesas necessárias à manutenção, conservação e a pequenos reparos em suas instalações como também na aquisição de mobiliário escolar e em outras ações de apoio, com vistas à realização de atividades educativas e pedagógicas coletivas.

- **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**

Implantado em 1955, garante por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos), matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Procura atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

- **Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE**

Por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência e outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica, o governo federal apoia o cidadão no exercício da reflexão, da criatividade e da crítica. Desde que foi criado, em 1997, o programa vem se modificando e se adequando à realidade e às necessidades educacionais. Sob a gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE tem recursos financeiros, originários do Orçamento Geral da União.

- **Brasil Profissionalizado**

Visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica. A iniciativa repassa recursos do governo federal para que os estados invistam em

suas escolas técnicas. Criado em 2007, o programa possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integrado à educação profissional, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O objetivo é integrar o conhecimento do ensino médio à prática.

- **Caminho da Escola**

Criado em 2007, tem como objetivo renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso à escola e a permanência nela dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais.

O programa também visa à padronização dos veículos de transporte escolar, à redução dos preços dos veículos e ao aumento da transparência nessas aquisições.

- **Formação pela Escola**

O Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE visa fortalecer a atuação dos agentes e parceiros envolvidos na execução, no monitoramento, na avaliação, na prestação de contas e no controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo FNDE. É voltado, portanto, para a capacitação de profissionais de ensino, técnicos e gestores públicos municipais e estaduais, representantes da comunidade escolar e da sociedade organizada.

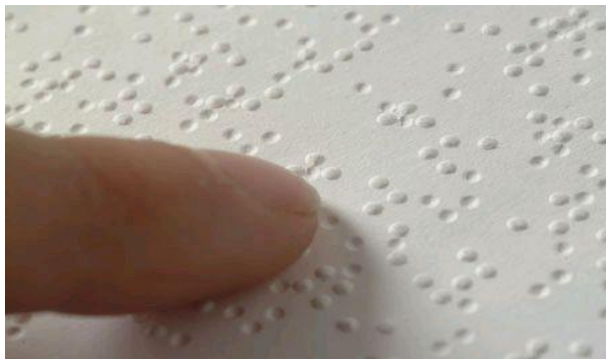
O programa consiste na oferta de cursos de capacitação, em que os participantes conhecem os detalhes da execução das ações e os programas da autarquia, como a concepção, as diretrizes, os principais objetivos, os agentes envolvidos, a operacionalização, a prestação de contas e os mecanismos de controle social. Com isso, busca-se estimular a participação da sociedade nessas ações.

- **Livro Didático**

Para prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos, dicionários e obras complementares de qualidade, o governo federal executa o Programa Nacional do Livro Didático. O Programa atende também aos alunos da Educação de Jovens e Adultos das redes públicas de ensino e das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado. O programa é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano, o FNDE adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio.

- **Livros em Braille**

Figura 4 – Leitura Braille



Fonte: <http://blogdaeternit.com.br/resp-socioambiental/eternit-patrocina-a-distribuicao-de-livros-em-braille-e-falados-para-todo-o-brasil/>

- **Plano de Ações Articuladas – PAR**

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) condicionou o apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação à assinatura, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, do plano de metas Compromisso Todos pela Educação. Depois da adesão ao Compromisso, os entes federativos devem elaborar o Plano de Ações Articuladas (PAR). Todos os 5.563 municípios, os 26 estados e o Distrito Federal aderiram ao Compromisso. O PAR é o planejamento multidimensional da política de educação, que os municípios, os estados e o DF devem fazer para um período de quatro anos — 2008 a 2011. O PAR é coordenado pela secretaria municipal/estadual de educação, mas deve ser elaborado com a participação de gestores, professores e da comunidade local.

- **Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PROINFÂNCIA**

O governo federal criou esse programa por considerar que a construção de creches e escolas de educação infantil bem como a aquisição de equipamentos para a rede física escolar desse nível educacional são indispensáveis à melhoria da qualidade da educação. O programa foi instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007 e é parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação. Seu principal objetivo é prestar assistência financeira, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e aos municípios que efetuaram o Termo de Adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e elaboraram o Plano de Ações Articuladas (PAR). Os recursos destinam-se à construção e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas da educação infantil.

- **Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE**

O Ministério da Educação executa atualmente dois programas voltados ao transporte de estudantes: o Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), que visam atender alunos moradores da zona rural. O Caminho da Escola foi criado pela Resolução nº 3, de 28 de março de 2007 e consiste na concessão, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de linha de crédito especial para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, miniônibus e micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas. Por outro lado, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) foi instituído pela Lei nº10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público, residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

5. Qualidade do processo educacional e sua expressão no desempenho escolar

Pense rápido: para você, o que é qualidade?

Segundo o dicionário, podemos definir qualidade de diversas formas:

- Propriedade, atributo ou condição das coisas ou das pessoas, capaz de distingui-las das outras e de lhes determinar a natureza.
- Numa escala de valores, qualidade que permite avaliar e, conseqüentemente, aprovar, aceitar ou recusar algo.

Educação de qualidade social tem sua expressão no desempenho escolar e no aproveitamento dos envolvidos na escola: alunos, educadores, funcionários, e toda a comunidade escolar

Quando falamos em qualidade educacional, estamos nos referindo às características positivas do processo educacional, aos fatores de sucesso, pois entendemos que o processo educacional é formado pelo conjunto de métodos usados para educar, ou seja, todas as ações que levam à educação de um indivíduo.

Assim, quando esse processo é qualificado, seja positiva ou negativamente, ele terá sua expressão máxima no desempenho escolar ou no aproveitamento dos envolvidos na escola: alunos, educadores, funcionários, toda a comunidade escolar.

Assim, o gestor precisa acompanhar e avaliar o processo educacional em todos os seus aspectos, pois isso fortalecerá o compromisso de todos os envolvidos nele, além de estimular os atores a serem mais efetivos. Em outras palavras: o acompanhamento por parte do gestor é capaz de mobilizar o talento humano de forma coletiva, agregando e organizando as diferenças e diversidades de pensamento e ação.

Contudo, o fato do gestor acompanhar e participar da avaliação do processo educacional não significa que ele será a figura central desse processo, pois o gestor precisa ser o articulador de uma gestão democrática e participativa, em que as decisões são tomadas de forma coletiva, envolvendo alunos, professores, pais, funcionários e toda a comunidade escolar.

Segundo Nóvoa (1995, p.35):

[...] a escola tem de ser encarada como uma comunidade educativa, permitindo mobilizar o conjunto dos atores sociais e dos grupos profissionais em torno de um projeto comum. Para tal, é preciso realizar um esforço de demarcação dos espaços próprios de ação, pois só na clarificação destes limites se pode alicerçar uma colaboração efetiva [...].

É importante que o gestor desenvolva uma gestão participativa, encaminhe a definição de papéis, em que o grupo de envolvidos compreenda que o sucesso do trabalho dependerá de ações construtivas e coletivas que visem alcançar os objetivos estabelecidos pelo grupo e alicerçar as tomadas de decisão.

Mas, como a qualidade no processo educacional se expressa no desempenho escolar?

Uma primeira resposta pode estar ligada aos profissionais que atuam na educação, sejam professores ou não. Um processo educacional que se pautar em objetivos claros e firmados conjuntamente tende ao sucesso. Quando os profissionais participam da construção dos projetos desenvolvidos pela escola, o seu envolvimento é maior, pois eles deixam de ser apenas assistentes, tornando-se participantes.

Outro item importante é a necessidade de o gestor oferecer assistências, especialmente ao professor, no sentido de garantir a melhoria no processo de ensino. Essa assistência oportuniza que o profissional esteja cada vez melhor preparado para desempenhar suas funções (formação); no reconhecimento das habilidades do profissional, as quais podem contribuir para a melhoria da gestão, e, por fim, a criação de um ambiente de trabalho que desenvolva o espírito de compromisso do grupo, fazendo com que todos se sintam responsáveis pelo sucesso de cada etapa, sem sobrecarregar ninguém: “O administrador

é assim alguém a serviço do serviço que os professores prestam a seus alunos. Será um dirigente, ou não será um administrador da educação” (SILVA JÚNIOR, 1993, p. 78).

O envolvimento dos alunos é de fundamental importância para o bom desempenho escolar, e este certamente é o item mais difícil de ser alcançado. Em um mundo, que, a cada dia, oferece novas oportunidades às pessoas, a escola, em muitas vezes, fica em espaço secundário. Assim, um processo educativo de qualidade, que busque efetivamente bons resultados, é aquele que tem a participação ativa dos alunos. Como obter isso? Por meio de estratégias que tornem o aluno sujeito da educação, ou seja, que ele não seja mero receptor de informações. A escola precisa ser o espaço de construção de conhecimento, não de repasse de informações.

Além disso, é no aluno que se dará a maior expressão do bom desempenho escolar. Nos resultados divulgados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no ano de 2011, as melhores notas são de escolas que possuem uma boa estrutura, bons profissionais e alunos motivados a aprender.

O processo educacional, desse modo, se realiza num contexto de cultura, de relações e de conhecimento, histórica e socialmente construído. Isso significa que não é somente na sala de aula que os alunos aprendem. O aprendizado se dá também nos contextos socioculturais, nas interações sociais, nas formas de organização e de gestão, o que faz com que os alunos percebam que toda escola é uma organização “aprendente”, uma comunidade democrática de aprendizagem, na qual ele é o principal beneficiado.

O gestor precisa estar atento para chamar os alunos à participação na vida da escola e da comunidade, pois “ensinar e aprender hoje não se limita ao trabalho dentro da sala de aula, implica modificar o que fazemos dentro e fora dela” (VIEIRA, 2003, p. 52), ou seja, o ensino deve estar voltado para os avanços, estimulando os alunos a usufruírem o que eles podem oferecer de melhor, conscientes de que só devem vincular-se àquilo que gera aprendizagem saudável.

O fato do gestor acompanhar e participar da avaliação do processo educacional não significa que ele será a figura central desse processo, pois o gestor precisa ser o articulador de uma gestão democrática e participativa, em que as decisões são tomadas de forma coletiva, envolvendo alunos, professores, pais, funcionários e toda a comunidade escolar

O gestor educacional precisa atuar favorecendo o desenvolvimento da instituição, centrando-se na melhoria da qualidade do ensino e no fortalecimento da unidade escolar. Nesse momento, é importante que a comunidade escolar, especialmente os pais dos alunos, seja chamada para assumir o seu papel no compromisso de garantir a qualidade no processo educativo, ou seja, a participação da comunidade na definição dos objetivos, dos projetos, na tomada de decisão que será mais um fator determinante da qualidade do processo educativo.

6. Como articular parcerias para financiar projetos da escola

Articulamos parcerias após a análise de todo um contexto comunitário, da possibilidade de apoio e compromisso, em que todos trabalham de forma conjunta, para um objetivo comum: melhorar a educação. Melhorando a educação, a comunidade se desenvolve, beneficiando todos os envolvidos direta ou indiretamente. O respeito e a ética se estabelecem quando existe a credibilidade na unidade escolar, por isso as parcerias são importantes, visando a um futuro melhor e mais estruturado.

Na comunidade, podemos buscar parcerias como as organizações comunitárias que podem patrocinar atividades importantes para a juventude. As famílias podem se envolver ativamente com a educação de seus estudantes.

Os grupos religiosos podem trabalhar para melhor entender e atender às necessidades familiares e educacionais. As empresas podem adotar políticas de apoio às famílias no ambiente de trabalho e se envolver com a educação escolar. Os parceiros desenvolvem o processo educacional e garantem uma educação de qualidade social para todos os estudantes.

A escola progride contando com o apoio de muitas pessoas para a aquisição de benefícios, por meio de serviços prestados voluntariamente ou financiados com o intuito de buscar resoluções de problemas cotidianos.

Pessoas dispostas a ajudar, como pais de alunos, vizinhos, médicos, advogados, engenheiros, dirigentes de empresas e outros profissionais. Entidades como igrejas, sindicatos, associações de moradores, organizações não governamentais, grupos culturais, órgãos dos governos municipal, estadual e federal, universidades etc. Empresas como lojas, indústrias, supermercados, bancos, companhias de todos os tipos e tamanho.

Os parceiros devem melhorar a educação por meio da doação de seu tempo, de recursos materiais ou financeiros disponíveis, em que seu maior foco é a força da participação de ações voluntárias e de outras contribuições.

As empresas e organizações não governamentais podem negociar a liberação de funcionários para atuarem como mentores ou tutores de alunos, capacitadores de profissionais ou assessores em projetos especiais; a doação de equipamentos e móveis de que a empresa possa dispor e o financiamento de projetos especiais.

As ONGs podem fornecer material de divulgação sobre vários temas para palestras e para o apoio no planejamento e desenvolvimento de projetos especiais que envolvem a comunidade escolar.

Os membros da comunidade podem auxiliar os professores que atuam nas diversas disciplinas, ministrando aulas de apoio de matemática, ciências ou promovendo o desenvolvimento da leitura.

Os profissionais liberais também podem ajudar de várias maneiras: engenheiros, arquitetos, pedreiros, carpinteiros e mestres de obras nas reformas de instalações; médicos e dentistas orientando alunos e professores sobre as doenças mais comuns; economistas explicando conceitos básicos do dia a dia da economia, como juros de prestações, inflação etc.; especialistas em informática na instalação e manutenção dos microcomputadores da escola e treinando professores, funcionários e alunos para manusear esses equipamentos.

Como parceiros, os pais e responsáveis devem ser estimulados pela escola a dar maior atenção e acompanhar, mais de perto, a vida escolar dos alunos; a participar mais das atividades da escola e apoiar a realização de atividades diversas do dia a dia.

Além disso, os pais e outros membros da família podem ser convidados para se envolverem com programas de parcerias, atuando como multiplicadores da ideia na comunidade.

Pais e responsáveis devem ser estimulados pela escola a dar maior atenção e acompanhar de perto a vida escolar dos alunos; participar das atividades da escola; apoiar a realização de atividades do dia a dia.; e podem ser convidados para se envolverem com programas de parcerias, atuando como multiplicadores na comunidade

As entidades sociais de serviço, como os sindicatos, as igrejas e fundações, podem ter papel importante no atendimento a alunos com dificuldades específicas de aprendizagem e podem mobilizar seus fiéis para apoiarem a escola e nela trabalharem como voluntários. Federações empresariais e sindicatos patronais podem servir de intermediários junto às empresas para obter diversas formas de parceria.

Para desenvolver parcerias, as pessoas ou entidades precisam saber os problemas da escola e, dentre eles, os prioritários e urgentes. A melhor forma de agir nesse caso é reunir os profissionais que trabalham na escola e a comunidade escolar e, em conjunto, identificar os maiores problemas, tanto na parte educacional quanto na estrutural. Devemos listar os possíveis parceiros da vizinhança que são as lojas, indústrias, empresas de serviços, os órgãos públicos, as organizações sociais, igrejas, enfim todos aqueles que podem emprestar algum apoio à escola, identificando, entre os pais de alunos, aqueles que já mostraram interesse pelas atividades escolares e que, por isso mesmo, podem ser os primeiros parceiros.

O planejamento das parcerias se torna necessário, identificando as necessidades e os recursos humanos e materiais disponíveis na comunidade para cada tipo de problema.

A divulgação é prioritária para a comunidade escolar e para os parceiros sobre a situação da escola, relatando os principais problemas e as soluções que podem surgir por meio das parcerias. Isso deixa a comunidade à disposição na abertura da escola para uma gestão participativa e democrática, existindo a participação de todos para a melhoria da educação. Faz-se necessário elaborar as devidas informações a fim de transmiti-las para os pais e parceiros, mostrando os resultados obtidos com a união de todos.

As reuniões regulares são importantes para firmar compromisso, apoio e possibilidades de novas parcerias. Estabelecidas as parcerias, é preciso planejar e realizar avaliações regulares de seu andamento, devendo os resultados ser comunicados a todos os parceiros, estando eles envolvidos ou não. É preciso reavaliar o planejamento de parcerias que não tiveram sucesso e pensar em uma nova forma de atuação.

Para saber mais

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é participação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

DOURADO, Luiz Fernandes et al. **Progestão**: como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar? Módulo II. Brasília: CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

FONSECA, Dirce Mendes da (org.) et al. **Administração educacional**: um compromisso democrático. Campinas: Papyrus, 1994.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Editora Pioneira, 1972.

LIBÂNEO, J. C. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. Coleção Organização e Gestão da Escola. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LUZ, Sérgio Edgard da. **A Organização do Grêmio Estudantil**. 2. ed. São Paulo: Secretaria de Estado de Educação, 1998.

NÓVOA, A. Para uma análise das instituições escolares. In: NÓVOA, A. **As organizações escolares em análise**. Lisboa: D. Quichote, 1995.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da Escola Pública**. São Paulo: Editora Xamã, 1995.

PENIN, Sônia T. S. **Educação Básica a construção do sucesso escolar**. Em Aberto, Brasília, nº 53, 1992.

Para aprofundar o estudo sobre os temas deste módulo, indicamos algumas leituras, vídeos e publicações virtuais.

Consulte todas as recomendações no ambiente virtual do PROGEPE.

Cada uma delas trata de um eixo importante para o tema.

Portal do FNDE – **Novas Regras para a Movimentação Financeira de Recursos do FNDE** - Decreto nº 7.507/2011 e Resolução do FNDE nº 44/2011.

PRADO, Ricardo. O Desarme da Violência. In: **Revista Nova Escola**. São Paulo: Editora Abril, 1992.

Projeto: Parceiros da Escola - Escola Municipal Ana Lúcia Ferreira de Souza, 2011.

BRASIL. **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação/** Guia de Programas. Ministério da Educação – MEC. Brasília, 2007.

ROSA, Carlos Mendes. “**Grêmios:** a aula de cidadania que nossos alunos não frequentam”. *Revista Nova Escola* de 06.1992, Editora Abril.

SANDER, Benno. **Administração da educação no Brasil:** genealogia do conhecimento. Brasília: Liber livro, 2007.

SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da. **A Escola Pública como local de Trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

TARDIF, M. e LESSARD C. **O Trabalho Docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de Interações Humanas. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2008.

VEIGA, Zilah de Passos Alencastro. As instâncias colegiadas da escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro ; RESENDE, Lucia Maria Gonçalves de (orgs.) **Escola:** espaço do projeto político-pedagógico. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 1998. p. 113-126. (Col. Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VANDERLEI, Amboni. Gestão democrática e controle social dos recursos financeiros destinados às escolas estaduais do Paraná. **Revista Urutúgua** - revista acadêmica multidisciplinar. Departamento de Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2007.

VASCONCELLOS, Celso. *Superação da Lógica Classificatória e Excludente da Avaliação*. In: **Cadernos Pedagógicos do Libertad**. Do “é proibido reprovar” ao é preciso garantir a aprendizagem. 11. ed. São Paulo: Libertad, 1998. Volume 5.

VIEIRA, Alexandre Thomaz et al. **Gestão educacional e tecnologia**. São Paulo: Avercamp, 2003.

Na prática

1. MINHA CONTRIBUIÇÃO

- Reflita sobre sua prática administrativa e pedagógica.
- Pense na comunidade à qual você pertence e discorra, em poucas palavras, sobre a sua contribuição para a melhoria da aprendizagem dos seus alunos e de seus profissionais de ensino.

Aqui você encontra sugestões para aplicar os conteúdos deste módulo no seu cotidiano. Execute as ações aqui propostas, consulte as outras sugestões no ambiente virtual do PROGEPE e compartilhe seus resultados.

PRÁTICA ADMINISTRATIVA/PEDAGÓGICA	SUA CONTRIBUIÇÃO
Qual a sua contribuição para a permanência dos alunos na escola?	
Como você gerencia o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas com os profissionais da educação da sua escola?	
Como você valoriza os profissionais de educação da sua escola?	
Qual a sua atuação para que haja uma gestão democrática de qualidade?	

2. MONITORAMENTO

- a) Em grupo, discuta como deve ser planejada cada etapa do monitoramento. Desenvolva estas etapas prevendo o planejamento da escola e de sua Gerência Regional, consultando o que a sua GRE está desenvolvendo para esta finalidade:

ETAPAS	O QUE FAZER
Coleta de dados	
Registro e sistematização de dados	
Análise e interpretação de dados	
Descrição dos resultados	
Compartilhamento e disseminação dos resultados com a comunidade escolar	
Utilização dos resultados na reformulação de ações, planos e projetos e na formulação de novos planos de ação	

- b) Com base no exercício anterior, discuta como realizar as ações de monitoramento:

ETAPAS	COMO FAZER
Coleta de dados	
Registro e sistematização de dados	
Análise e interpretação de dados	
Descrição dos resultados	
Compartilhamento e disseminação dos resultados com a comunidade escolar	
Utilização dos resultados na reformulação de ações, planos e projetos e na formulação de novos planos de ação	

3. METAS DO IDEB

Leia, com atenção, os textos abaixo, retirados do Portal do MEC-IDEB:

“O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do Inep e em taxas de aprovação. Assim, para que o IDEB de uma escola ou rede cresça, é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula”.

“Embora o Ministério da Educação defenda ampla divulgação dos resultados do IDEB, verifica-se forte resistência de alguns educadores e representações de classe ao argumento de que tais indicadores deveriam ser contextualizados, ante as diferenças sociais das diversas regiões do país e, até mesmo, as diferenças em um mesmo Estado”.

Portal do Mec-Ideb/Acesso: 12 de julho de 2011.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=180&Itemid=

Dialogue com seu grupo e com o gestor de sua GRE sobre o conteúdo destes textos:

- Identifique quais são os principais desafios da sua escola em relação ao IDEB.
- Faça uma reflexão sobre como alcançar a meta do IDEB, proposta para o Estado de Pernambuco.

4. GRÊMIO

Sua escola tem Grêmios Estudantis?

- a) Se tem, faça uma proposta aos representantes:
 - Fotografar a escola e a comunidade. Solicite que os alunos fotografem aquilo que consideram mais bonito tanto da escola quanto do entorno.
 - Montar um painel destacando as belezas que possuem.
- c) Se sua escola não tem Grêmios:
 - Que tal iniciar um estudo com os alunos sobre as possibilidades de constituir o Grêmios?

5. CONSELHO DE CLASSE

Como é o Conselho de Classe de sua Escola?

Converse com os professores e reflitam:

- Discutimos apenas sobre notas e disciplinas dos alunos?
- Fazemos autoavaliação, envolvendo metodologias que usamos?
- Convidamos alunos para participar conosco?
- O que podemos alterar para o próximo bimestre, visando a aprendizagem efetiva dos alunos?

6. CONSELHO ESCOLAR

- Reflita com os participantes do Conselho Escolar como tem sido a atuação do colegiado.
- Ouça todos os membros.
- Elabore sugestões que possam aperfeiçoar o desempenho e as contribuições do Conselho.

7. RECURSOS, PROGRAMAS E PROJETOS

Relacione corretamente o recurso, programa ou projeto ao seu conceito:

RECURSO PROGRAMA PROJETO	CONCEITO
	É um programa educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica.
	Também serão destinados recursos a escolas públicas de educação básica que aderiram ao Programa Mais Educação em 2009 para reforma, ampliação e construção de cobertura de quadras esportivas ou de espaços destinados ao esporte e ao lazer.
	Procura atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

	<p>O programa consiste na oferta de cursos de capacitação, em que os participantes conhecem os detalhes da execução das ações e programas da autarquia, como a concepção, as diretrizes, os principais objetivos, os agentes envolvidos, a operacionalização, a prestação de contas e os mecanismos de controle social.</p>
	<p>O programa foi instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007 e é parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público, residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.</p>
	<p>Os repasses serão destinados ao desenvolvimento de práticas inovadoras no ensino médio regular e poderão ser aplicados em diversas ações.</p>
	<p>São beneficiadas escolas de ensino fundamental ou médio, selecionadas pela Secad, de acordo com os critérios estabelecidos para a execução do Programa Mais Educação em 2010.</p>

- Forme um grupo e discuta as respostas sobre a prática administrativa e pedagógica do gestor
- Anote os aspectos mais relevantes.
- Permaneça no grupo e dialogue sobre Leis que subsidiam o trabalho na escola. Responda às seguintes perguntas:
 - a) Qual/quais a(s) lei/leis que a equipe escolar de sua escola mais pesquisa? Por quê?
 - b) Quais as leis que subsidiam o gerenciamento dos recursos da escola onde você trabalha?
 - c) Faça uma lista das leis que o grupo conhece e coloque, na frente do nome da Lei, aquilo do qual se trata.

8. ARTICULAÇÃO e PARTICIPAÇÃO

- Relacione os atores (internos e externos) mais relevantes na elaboração dos Planos de Ação de sua Escola.
- Imagine e registre cinco ações que permitam ampliar o envolvimento de sua comunidade na construção de estratégias inovadoras para sua escola.
- Imagine e registre cinco ações que permitam ampliar o intercâmbio de informações, estratégias e ações entre as escolas de sua região ou Estado.
- Liste cinco ações que você poderá desenvolver na articulação de parcerias com sua comunidade.

Comunidade virtual: questões para os fóruns

- Em uma unidade escolar podemos ter diversos órgãos colegiados. Faça um levantamento sobre os órgãos existentes em sua escola e traga suas reflexões para o fórum na comunidade virtual.
- No fórum, registre o resultado de seu levantamento sobre a forma como esses órgãos têm contribuído para a qualidade da aprendizagem dos alunos, considerando o contexto específico de sua escola.
- Em seguida, analise as respostas de seus colegas, comentando-as e propondo sugestões de melhoria na gestão desses órgãos colegiados.
- Sua participação neste fórum é fundamental para a construção de conhecimentos de todos neste Módulo e também para a conclusão da etapa à distância de seu curso.

Participe da comunidade virtual do PROGEPE, visite o site www.siepe.educacao.pe.gov.br para compartilhar sua experiência, seu conhecimento, e interagir com os demais participantes

Conteudistas

Lílian Barboza de Sena

Pedagoga com habilitação em Administração Escolar e Magistério nos anos iniciais do Ensino Fundamental com Especialização em Reengenharia da Educação, Gestão escolar e Psicopedagogia. Consultora do Programa das Nações Unidas –PNUD, atuou como gerente de modelos educacionais, supervisora e coordenadora pedagógica do Projeto Escola Ativa desenvolvido pelo Ministério da Educação. Atuou por 7 anos como professora universitária do curso de Pedagogia. No Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação-Consed foi Coordenadora do Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares-Progestão na modalidade de educação a distância, e na assessoria técnico pedagógica do conselho na área da diversidade.

Magda Marly Fernandes

Pedagoga e professora. Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: Educação e Currículo (2010), Mestre em Distúrbios do Desenvolvimento pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2002). Especialização em Educação e Deficiência pela Universidade Santo Amaro (2001). Graduação em Pedagogia e Letras. Professora adjunta III do Curso de Pedagogia da Universidade Cruzeiro do Sul. Atuação na Pós-Graduação Lato-Sensu nos cursos de Arte e Educação; Gestão Educacional, Educação Especial. Ministra cursos em educação continuada com os seguintes temas: ética na educação, educação inclusiva, mediação de conflitos na escola, aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Maria de Lourdes Granato Almeida

Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP na área de Supervisão e Currículo, (1993). Graduada em Pedagogia pela Universidade de Mogi das Cruzes (1977) Iniciou a carreira do magistério como professora alfabetizadora e das séries iniciais. Foi Coordenadora Pedagógica, Diretora de Escola, tendo permanecido no magistério público, até 2008, quando se aposentou no cargo de Supervisora Escolar pela prefeitura do Município de São Paulo. Professora Universitária por mais de 20 anos, com atuação na graduação, nos curso de Pedagogia e Arte e Pós Graduação. Larga experiência na formação de professores, em especial de futuros gestores escolares. Atualmente colabora na formação continuada dos profissionais da Educação diretamente nas Unidades Escolares ou em Secretarias de Educação. Exerce as funções de Coordenadora Pedagógica e docente no CONVIDAPLENA - Espaço Educacional, que tem por proposta contribuir com a formação continuada dos profissionais da Educação.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO

Gerente da Regional de Educação Recife Norte: **Gilvani Alves Pile Torres**
Gerente da Regional de Educação Recife Sul: **Marta Maria de Lira**
Gerente da Regional de Educação Metropolitana Norte: **Sinésio Monteiro de Melo Filho**
Gerente da Regional de Educação Metropolitana Sul: **Danielle de Freitas Bezerra Fernandes**
Gerente da Regional de Educação Mata Norte: **Luciana Anacleto da Silva**
Gerente da Regional de Educação Mata Centro: **Ana Maria Xavier de Melo Santos**
Gerente da Regional de Educação Mata Sul: **Sandra Valéria Cavalcanti**
Gerente da Regional de Educação Litoral Sul: **Jorge de Lima Beltrão**
Gerente da Regional de Educação Vale do Capibaribe: **Edjane Ribeiro dos Santos**
Gerente da Regional de Educação Agreste Centro Norte: **Antônio Fernando Santos Silva**
Gerente da Regional de Educação Agreste Meridional: **Paulo Manoel Lins**
Gerente da Regional de Educação Sertão do Moxotó Ipanema: **Elma dos Santos Rodrigues**
Gerente da Regional de Educação Sertão do Alto Pajeú: **Cecília Maria Peçanha Esteves Patriota**
Gerente da Regional de Educação Sertão do Submédio São Francisco: **Maria Dilma Marques Torres Novaes Goiana**
Gerência Regional de Educação Sertão do Médio São Francisco: **Anete Ferraz de Lima Freire**
Gerência Regional de Educação Sertão Central: **Waldemar Alves da Silva Júnior**
Gerência Regional de Educação Sertão do Araripe: **Maria Cleide Gualter Alencar Arraes**

COMISSÃO ESTADUAL DO PROCESSO DE SELEÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR E DIRETOR ADJUNTO

Presidente: **Carla Cavalcanti Fernandes**
Alda Lúcia Limados Santos
Anselmo José Santos de Lima
Carmen Raquel Nunes Silva
Henriete Maria Medeiros de Araújo
Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho
Maria de Araújo Medeiros Souza
Norma Bandeira de Almeida Vasconcelos
Shirley Silva Moura
Zélia Oliveira da Silva Pereira
Zózimo Gonzaga de Oliveira

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

Coordenação Geral do PROGEPE: **Ana Claudia Dantas**
Coordenação Administrativa – PROGEPE: **Arandi Maciel Campelo**
Coordenadora do Curso de Aperfeiçoamento – PROGEPE: **Maria do Socorro Ribeiro Nunes**
Execução Administrativa Financeira da UPE – PROGEPE: **Maria Rozângela Ferreira Silva, José Thomáz C. de Medeiros**

PRODUÇÃO

Organização e gestão dos conteúdos:
Regina de Fátima Migliori

Conteudistas deste Módulo:
Lílian Barboza de Sena, Magda Marly Fernandes, Maria de Lourdes Granato Almeida

Elaboração da síntese deste Módulo:
Magda Marly Fernandes, Maria de Lourdes Granato Almeida

Foto da capa:
Escola Trajano Chacon - Quiosque de Informática na Biblioteca
Fotógrafa: Rayanne Marinho

Todos os direitos são reservados para Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.
A publicação poderá ser reproduzida por meio impresso ou digital, desde que citada a fonte

O Decreto nº 38.103, de 25 de abril de 2012, implanta a política estadual de formação continuada de diretor escolar, por intermédio do Programa de Formação de Gestor Escolar - PROGEPE, que tem por finalidade desenvolver ações diagnósticas, formativas e avaliativas, com o objetivo de contribuir na formação de lideranças sistêmicas capazes de atuar no conjunto da escola, assegurando que cada estudante atinja o seu potencial e cada escola se transforme em uma excelente escola.

O PROGEPE constitui-se nas etapas seletiva e formativa do processo de seleção de diretor escolar e diretor adjunto das escolas estaduais de Pernambuco. A etapa seletiva compreende:

- 1. Curso de aperfeiçoamento de 180 horas, sendo 96 horas presenciais e 84 horas a distância;*
- 2. Certificação, que tem como finalidade identificar um conjunto de competências profissionais relacionadas à gestão escolar.*

Como continuidade ao processo de qualificação profissional, a etapa formativa tem como objetivo promover o aprofundamento e a ampliação de conhecimentos indispensáveis ao exercício das funções e compreende :

- 1. Curso de Especialização*
- 2. Curso de Mestrado Profissional*

Para a realização do PROGEPE, será disponibilizada a Comunidade Virtual de Aprendizagem, um ambiente onde é possível acessar os conteúdos dos cursos de aperfeiçoamento, especialização e mestrado, bem como atividades complementares, como biblioteca virtual e links com temas afins. A comunidade virtual tem como objetivo promover a interação de gestores, professores e demais servidores, assim como a disseminação de experiências exitosas em gestão. Para participar, acesse o Portal Educação em Rede: www.educacao.pe.gov.br.

Os diretores escolares e diretores adjuntos nomeados deverão participar do Curso de Especialização como condição para investidura da função pleiteada, havendo também vagas reservadas para todos os técnicos certificados no âmbito do Programa de Formação de Técnicos Educacionais - PROTEPE.

Para o Curso de Mestrado Profissional, serão disponibilizadas 40 vagas para os diretores escolares e diretores adjuntos certificados e 10 vagas para os técnicos certificados.

O PROGEPE e o PROTEPE são realizações da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, sob a coordenação da Secretaria Executiva de Gestão da Rede.

Esperamos que estas ações contribuam de fato para construirmos a excelência em gestão escolar em Pernambuco, pois educação de verdade se faz com responsabilidade.

Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco